

**IMPrensa DE RESISTÊNCIA AO REGIME  
EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL (1964-1988):  
CARACTERIZAÇÃO E HISTORIOGRAFIA**

**RESISTANCE PRESS AGAINST BRAZIL'S  
CORPORATE-MILITARY REGIME (1964-1988):  
CHARACTERIZATION AND HISTORIOGRAPHY**

**BRUNO L. SIMAS BRASIL\***

**Resumo:** A imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1988) é o objeto deste artigo. Rastro documental ligado à rememoração do regime, no sentido do “lembrar para nunca mais repetir”, ela nos convida, aqui, a refletir quanto a questões do debate historiográfico mais recente quanto ao período. Apresenta-se, no presente trabalho, tanto o contexto do golpe de 1964, quanto a natureza do regime subsequente. Tema pouco explorado nos 60 anos da investida militar contra a democracia, a imprensa de resistência é, em seguida, caracterizada como um todo, enquanto fenômeno heterogêneo de comunicação dividido em sete diferentes fases, ao longo do regime. Finalmente, o presente artigo propõe atualizações na leituras de tal objeto.

**Palavras-chave:** Memória política; Ditadura militar; Imprensa

**Abstract:** The press in resistance to the corporate-military dictatorship in Brazil (1964-1988) is the subject of this article. A documentary trail linked to the remembrance of the regime, in the sense of “remembering so as never to repeat it”, it invites us, here, to reflect on issues of the most recent historiographical debate regarding the period. This work presents both the context of the 1964 coup and the nature of the subsequent regime. Little explored as a topic within the anniversary of 60 years since the military attack against Brazilian democracy, the resistance press is, here, then characterized as a whole, i. e., as an heterogeneous communication phenomenon divided into seven different phases in the context of the dictatorship. In the end, this article proposes updates to the readings of its object.

**Keywords:** Political memory; Military dictatorship; Press.

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e técnico em documentação da Coordenação de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. (Email: brunobrasil@edu.unirio.br)

## Introdução

Em relação ao seu objeto, este artigo não traz grande novidade: fala da imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil. A academia já ouviu o suficiente sobre jornais como *O Pasquim*, *Lampião da Esquina*, *Movimento* e *Opinião*. Nossa proposta é distinta: pensar este tópico levando em conta o conjunto documental que tais periódicos formam. Rastro documental que serve de dispositivo<sup>1</sup> a enunciados políticos, normalmente a imprensa de resistência ao regime não é abordada como um todo, muito por sua polissemia. Manifestação do processo que hoje se identifica mais amplamente como a resistência em si, à ditadura, ela foi tão contraditória e complexa quanto o fenômeno geral. Talvez por isso ela se mostrou tema pouco explorado durante o ciclo de debates relativos aos 60 anos do golpe de 1964. Os principais autores que a trataram, aliás, o fizeram há mais de vinte anos, atribuindo a ela, ainda, uma tradicional alcunha, que ora deixaremos de lado: a de “imprensa alternativa”.

Na primeira parte do presente artigo apresentaremos questões discutidas no campo da historiografia brasileira, para abordar interpretações tanto do golpe de 1964, quanto da natureza da ditadura, muito pelo fato de que a produção deste estudo se dá, justamente, na efeméride dos 60 anos do acontecimento: ocasião perfeita para relembrarmos e reavaliarmos as leituras realizadas nos aniversários de 50, 40 e 30 anos do golpe. Mas, também para contextualizarmos o ambiente em que a imprensa de resistência, tema um tanto “adormecido” em 2024, se desenvolvia.

Num segundo momento, visando reestabelecer nosso tema de análise nos debates, caracterizaremos o gênero impresso que deu voz ao abafado repúdio ao período autoritário que assolou o Brasil de 1964 a 1988. Na época de sua publicação, a imprensa de resistência tinha caráter denunciativo sobre a ordem de seu tempo. Hoje, arquivada, ela assume ares distintos: de testemunho e depoimento por escrito. É nesse sentido que ela apresenta características de rastro documental, segundo Paul Ricoeur<sup>2</sup>. E, como tal, ela diz respeito a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória: aquele que leva em consideração os rigores arbitrários do governo militar, iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, fortemente calcado em interesses privados nacionais e estrangeiros, simbolicamente findado na eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e oficialmente extinto com a promulgação da Constituição de 1988.

---

<sup>1</sup> AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 38-39.

<sup>2</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007, p. 177.

### Resistência a quê, exatamente?

Maria Helena Moreira Alves explica que o golpe dado contra João Goulart em 1964 esteve calcado num tripé econômico composto por “uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado”<sup>3</sup>, em relação de atendimento mútuo de interesses. Isso teria se dado pelo fato de o Brasil ser uma nação de “economia dependente”, de desenvolvimento relegado à “periferia do sistema mundial”, longe de “recursos para o crescimento autogerado”. Assim, processos de industrialização se dão de formas distintas ao ocorrido em “economias avançadas”<sup>4</sup>, europeias e norte americanas: é com estas que países latino-americanos teriam relações de dependência. Internamente estabelecidas, “classes clientelísticas” encontram pasto e gáudio nesse contexto. Elas se associam ao capital internacional por meio de mecanismos de cooperação e propriedade conjunta, apoiando inserções estrangeiras na economia nacional. Entretanto, o desenvolvimento socioeconômico não se dá da mesma maneira entre nações de históricos tão distintos: a dependência reflete em terrenos que não os estritamente econômicos<sup>5</sup>.

João Goulart sofreu o golpe, em 1964, por promover - ou tentar promover - alterações nessa estrutura de dependência. O Brasil do início da década 1960 passou por restrições aos investimentos multinacionais, com o endurecimento na política de controle de remessa de lucros, pagamentos de royalties e transferências de tecnologia para o exterior, fora a edição de uma legislação antitruste, de concessões de subsídios diretos ao capital nacional, sobretudo a setores não vinculados a multinacionais, e processos de negociação para a nacionalização de empresas internacionais no país. Como se não bastasse, aqueles foram anos de significativas mobilizações em setores sociais brasileiros historicamente marginalizados. Movimentos de trabalhadores urbanos se mostravam organizados de forma inédita, tanto dentro de estruturas sindicais oficiais quanto em modos de engajamento alternativos, de acordo com diferentes categorias. Aquele ainda foi o tempo da articulação de ligas camponesas e sindicatos campesinos no meio agrícola. Conforme o governo buscava o apoio dessas formas organizadas de trabalhadores, da urbe ao campo, e estes cobravam maior participação nos processos decisórios que reformariam a estrutura social brasileira, o clima político resultante dessas articulações entrava em choque com os interesses de classes hegemônicas associadas ao capital

---

<sup>3</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 21.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 23.

estrangeiro<sup>6</sup>. Via de regra, agitação alguma faz bem aos negócios. Eis as razões para o golpe de 1964 e para a instauração do regime que viria em seguida.

Diferentemente de René Dreifuss, Alves não fala que no Brasil de 1964, ainda por cima, o populismo, atrelado a Jango, estaria em crise<sup>7</sup>. Para a autora, o golpe teria ocorrido a pretexto de assegurar que mudanças radicais não se estabelecessem no meio social brasileiro, em plena crise em suas instituições democráticas formais<sup>8</sup>. Para ela, esboçando pensamento do mesmo Dreifuss, não restam dúvidas quanto ao local dos primeiros esboços reacionários concretos ao reformismo janguista: a Escola Superior de Guerra (ESG), aparato militar considerado a “Sorbonne” da caserna; o Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os dois últimos entidades de natureza civil. O trio “mantinha estreito contato com funcionários americanos e recebia recursos financeiros de muitas corporações internacionais e nacionais. Constituía o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo”<sup>9</sup>. Percebe-se, aqui, que apenas a primeira organização obedece às Forças Armadas: e, ainda assim, sem exclusividade. A participação de um seleto grupo não circunscrito à caserna no golpe de 1964 ganhou evidência a partir do momento em que a articulação ESG/IPES/IBAD elaborou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, quando os militares tomaram o poder. Não só uma elite não militar ajudou a compor quadros técnicos da ditadura: o escol especificamente ligado à ESG, de natureza empresarial, nutria forte prestígio junto às Forças Armadas, naqueles dias<sup>10</sup>.

Cumpre ressaltar a importância da concepção e da natureza da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento implementada pelo complexo ESG/IPES/IBAD frente a uma das características fundamentais do regime militar no Brasil: o terrorismo de Estado. A Doutrina vivia em função de uma relação dialética entre a oposição e as formas de coerção do regime. A natureza deste é a de uma permanente crise institucional e, conseqüentemente, de sua própria instabilidade, firmada entre constantes necessidades de alteração das estruturas de coerção, tendências de perda de controle dos dispositivos burocráticos repressivos, incapacidade de se eliminar opositores por completo e ignorância das injustiças sociais reais que enraízam os conflitos entre “gorilas” e “subversivos”<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> Ibid., pp. 23-24.

<sup>7</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, p. 144-146.

<sup>8</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**, op. cit., p. 27.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>10</sup> Ibid., pp. 28-29.

<sup>11</sup> Ibid., pp. 31-32.

No artigo “1964: temporalidade e interpretações”, publicado em 2004, Lucília de Almeida Neves Delgado nos oferece diferentes chaves interpretativas para o golpe de 1964 e o regime subsequente, distintas das de Alves e Dreifuss. A autora dá preferências a explicações conjunturais específicas ao episódio, que começavam a se mostrar em voga no contexto de 40 anos do início da ditadura (sustentando-se, na verdade, até o aniversário redondo seguinte, em 2014), destacando certa “falta de compromisso com a democracia” tanto por parte da direita quanto da esquerda naqueles dias, e firmando a “radicalização ideológica” geral como “a maior responsável pelo rompimento da ordem constitucional em 1964”<sup>12</sup>. É razoável crer que distintos setores da esquerda e do governo Goulart não estão isentos de críticas, seja por sua fragilidade, radicalismo no plano discursivo ou estratégias malfadadas no calor do xadrez político daqueles dias<sup>13</sup>. No entanto, tal visão, aqui, não será contemplada: ela parece justificar a tomada de poder à força, de maneira preventiva, responsabilizando tanto golpistas quanto golpeados em igual medida - quando não, implicitamente, considerando que havia um “golpe à esquerda” também em curso, algo empiricamente insustentável<sup>14</sup>. Como bem resume Caio Navarro de Toledo, “é abusivo e inaceitável que sejam niveladas as responsabilidades políticas pelo golpe de 1964” entre direita e esquerda, ao se afirmar “que setores das esquerdas ou Goulart tinham intenções ou práticas golpistas (...) apenas baseados nas palavras estridentes e discursos eloquentes dessas lideranças”<sup>15</sup>.

Ainda assim, Delgado dá um pouco de atenção às interpretações preexistentes do golpe e do regime, que nos parecem, aqui, justamente as mais interessantes. Enfatizando, de início, análises estruturais que acusam contradições entre os processos de industrialização do Brasil de então - sobretudo no setor agrário de exportação -, em face de modelos econômicos cada vez mais internacionalizados desde o governo de Juscelino Kubitschek com direcionamentos desenvolvimentistas de rigor nacionalista e a crise do modelo populista, a autora destaca o caráter “preventivo” da intervenção militar: às vésperas de 1964, Jango se encontrava no fogo cruzado entre “setores conservadores”, empresários nacionais, representantes do capital internacional, “militares de direita” e latifundiários de um lado, e alas reformistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dentro do próprio governo, reivindicações sindicais e movimentos

---

<sup>12</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 25-26.

<sup>13</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004, p. 43.

<sup>14</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, pp. 05-74, número 20, jan./abr. 2017, pp. 9-11.

<sup>15</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia, op. cit., p. 44.

populares da sociedade civil, historicamente pouco contemplados no plano das políticas públicas do outro. Considerações do mandato de Goulart como “cego” ou “tíbio”, ou simplesmente “incompetente” e demagógico, como aquelas dadas por Florestan Fernandes, junto ao medo conservador à “ameaça socialista” em pleno auge da Guerra Fria, teriam sido o suficiente para a solução golpista<sup>16</sup>.

Referenciando Moniz Bandeira e, novamente, René Dreifuss, Lucília Delgado joga luzes a uma leitura considerada conspiratória do golpe: Bandeira reforça a posição de que a atuação internacional norte-americana, descontente com as políticas de alianças do governo brasileiro com as forças populares do país, foi, no mínimo, de grande ajuda à derrubada de Jango. Berço intelectual do golpe, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949 em estreita conexão com órgãos militares dos EUA, conforme lembra Alves<sup>17</sup> e também Renato Lemos<sup>18</sup>. Bandeira, ainda segundo Delgado, sustenta tal visão em “amplos investimentos da CIA, inclusive em estratégia política”, em grupos conservadores brasileiros, e na Operação Brother Sam, onde fuzileiros navais dos EUA foram colocados à disposição para desembarque no Brasil, caso os movimentos populares ou o legalismo janguista engrossassem o tom. Dreifuss, por sua vez, destaca o “bloco de poder multinacional e associado” articulado com organizações brasileiras, no sentido de conter os avanços reivindicativos da classe trabalhadora nacional: para ele, o ato de 1º de abril de 1964 se traduziu no “rompimento do bloco populista, pois o populismo passou de forma de manipulação (articulação e consentimento) para forma de participação (expressão de demandas). Essa transformação ensejou forte luta de classes”<sup>19</sup>.

Às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, todavia, não são poucos os debates quanto à memória e à historiografia da ditadura empresarial-militar no Brasil<sup>20</sup>. Quanto à periodização do regime, convencionou-se que seu início se deu em 1964 e seu encerramento em 1985, quando o país voltou a ser presidido por um civil, embora via eleição indireta. Nos soa aqui atraente, entretanto, considerar o fim da ditadura apenas em 1988, quando o Brasil passou a contar com a Constituição vigente: em 1985, a migração do poder federal para mãos civis se deu em processo indireto, controlado pelo meio militar<sup>21</sup>. Demarcações da extinção do regime em 1979,

<sup>16</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações, op. cit., pp. 18-21.

<sup>17</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**, op. cit., p. 30.

<sup>18</sup> LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. **Marx e o Marxismo**, v. 2, número 2, jan./jul. 2014, p. 114.

<sup>19</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações, op. cit., p. 23.

<sup>20</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-158.

<sup>21</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., pp. 59-60.



como as lembradas por Daniel Aarão Reis Filho<sup>22</sup>, poderiam levar em conta que a reabertura política do governo de Ernesto Geisel era expressamente “lenta e gradual”, não imediata. A dura repressão às greves no ABC paulista, entre 1978 e 1980, bem como a onda de atentados à bomba em bancas de jornais e no Riocentro, já em 1981, atestam que o regime de exceção seguia firme e irascível. No mais, a possibilidade de evocação, por parte do governo, do Estado de Emergência e das chamadas Medidas de Emergência, eram salvaguardas que vigoraram até a Constituição de 1988<sup>23</sup>: até ali havia juridicidade potencialmente balizadora de novos “surto revolucionários”. Renato Lemos reforça nossa visão de 1988 como a data de término do regime, dada a promulgação da Carta, naquele ano, como a “pactuação de outro regime”<sup>24</sup>.

Fora a questão da periodização, há ainda certo debate quanto ao uso do termo “ditadura civil-militar” conforme autores como Argelina Figueiredo<sup>25</sup> e Jorge Ferreira<sup>26</sup>, colocando ênfase no papel de grupos de fora da caserna na instauração e na sustentação do regime. Resumidamente, Demian Melo enxerga revisionismo nessa leitura, julgando que a amenização da responsabilidade militar por parte dos historiadores supracitados se devia, em parte, ao contexto do momento em que formulavam o seu pensamento: de crise das esquerdas durante o avanço neoliberal no Ocidente na década de 1990, após a queda do Muro de Berlim<sup>27</sup>. Tal encaminhamento teria acenado àquilo que François Lyotard aponta como “crise das grandes narrativas” e do discurso científico, bem como ao fortalecimento de leituras influenciadas pelo culturalismo e pelo pós-modernismo no campo da historiografia, em detrimento de conceitos marxistas como o de luta de classes e o de materialismo histórico, segundo Marcelo Badaró Mattos<sup>28</sup>. Conflitos sociais e seus componentes, como a classe trabalhadora como sujeito histórico transformador, subitamente foram diluídos no caldo relativizante do paradigma pós-moderno. Bebendo dessa fonte discursiva, quando não da desistência do marxismo pela

---

<sup>22</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: controvérsias. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). O golpe de 1964: heranças e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, pp. 186-187.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>24</sup> LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura, op. cit., p. 135.

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, pp. 343-425.

<sup>27</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 161.

<sup>28</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 73-74.

constatação de que o regime autoritário que se pretendia destruir era simplesmente “duro demais”, o movimento em direção ao revisionismo na historiografia é teleológico<sup>29</sup>.

Vinda a reboque dessa crise do marxismo como ferramenta de análise, a argumentação em favor da nomenclatura “civil-militar” se baseia não apenas em informações oriundas de fontes questionáveis<sup>30</sup> como em certa reificação da sociedade civil. Há uma generalização problemática: como dizer que a mesma, num sem-fim de tonalidades de classe, raça, idade, disposição geográfica e credo, tenha simplesmente sido “conivente” com os desmandos militares? Assim como não se pode afirmar que Goulart tivesse claras intenções golpistas<sup>31</sup>, não se pode dizer que “o Brasil repudiava Jango”, no contexto de turbulências ao início de 1964<sup>32</sup>. A “sociedade”, difusa e plural, não age como uma individualidade. O elemento “civil”, portanto, tem um recorte específico, de classe, no apoio à ditadura: por civis, leia-se “tecnopresários”<sup>33</sup>. Eis a primeira razão para o emprego, cá assumido, do termo “golpe empresarial-militar” na designação do início do período histórico que ora nos interessa. A segunda razão está na natureza do regime autoritário inaugurado logo em seguida: foi, também, uma ditadura “empresarial-militar”.

Além do postulado de Maria Helena Moreira Alves, tende-se aqui a concordar com Melo, Toledo, Mattos, Fico e Lemos. Ao tratar da “resistência” ao regime, Melo desenvolve suas considerações majoritariamente apoiado no caso da resistência armada; sabe-se, entretanto, que a história da ditadura não se restringe aos atritos entre ela e estratos sociais opositores, como a guerrilha e o movimento estudantil mobilizado no meio urbano<sup>34</sup>. Existiram diversas formas de resistir, como nas artes, na educação, nos movimentos sociais e nas tentativas de exercício do jornalismo crítico, como ressaltaremos a seguir, através da imprensa de resistência. A historiadora Mariana Joffily lembra que projetos de luta armada à esquerda já existiam anterior e independentemente da movimentação de 1964, e, após o golpe, disseram respeito a somente um ciclo das oposições ao regime<sup>35</sup>.

Compreende-se que não há consenso quanto ao uso dos termos “empresarial-militar”, “civil-militar”, ou apenas “militar”, para designar tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura imposta em seguida. Mas, recusa-se aqui, a frágil tese de que a “sociedade” brasileira simples

<sup>29</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>30</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 164.

<sup>31</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., pp. 9-11.

<sup>32</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 169.

<sup>33</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**, op. cit., p. 417.

<sup>34</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 41.

<sup>35</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, pp. 204-251, número 23, jan./mar. 2018, pp. 216-217.



e majoritariamente aceitou a ambos. Optar pela expressão presumivelmente adequada de “ditadura empresarial-religiosa-militar” seria um exercício extravagante de alargamento semântico. No entanto, considerando a questão controversa do apoio, lembrada acima por Carlos Fico, e a natureza tanto do golpe quanto do regime aberto em 1964, segundo Renato Lemos e René Dreifuss, julga-se, aqui, a conveniência da expressão “empresarial-militar”. A simples junção de estratos sociais religiosos, ou de organizações civis ao empresariado, não é motivo para que se diga que a sociedade civil como um todo seja colocada em cumplicidade com as Forças Armadas. Há que se diferenciar simples *apoio*, em ordens simbólicas ou discursivas, e mesmo *omissões* e *paralisações* amedrontadas ou estratégicas, de *suporte material*, organizacional, financeiro, logístico, institucional: o segundo esteve estreitamente ligado ao empresariado nacional e multinacional<sup>36</sup>, bem como à política externa dos EUA<sup>37</sup>.

Se muitos usos do termo “civil-militar”, além de se darem de modo “supérfluo e impreciso”, possuem caráter de “redução da responsabilidade dos militares”<sup>38</sup>, lembre-se que as considerações acima, quanto ao empresariado, não devem isentar os circunscritos à caserna. Levantadas em 2014, nos 50 anos do golpe de 1964, as polêmicas supracitadas quanto ao evento ganharam fôlego em 2024 reforçando, justamente, o binômio empresarial-militar ao longo do regime. Quanto aos opositores da ditadura, *grosso modo*, Melo aponta ainda que certos autores revisionistas ressaltam que “a resistência à ditadura não passou de um mito”<sup>39</sup>. Se o historiador está certo, nos limitaremos a dizer às leituras “revisionistas” que, ao menos entre 1964 e 1985, foram lançados no Brasil mais de 1.100 periódicos de naturezas e localidades diversas, voltados ao repúdio à ditadura. Dentre os quais, apenas a Biblioteca Nacional brasileira conta com 441<sup>40</sup>. Na leitura onde o fim do regime teria se dado em 1988, tal conjunto documental seria ligeiramente maior.

Enfim, entramos na questão da “resistência” ao regime, algo por si só problemático, haja vista a amplitude e a complexidade do fenômeno, aglutinador de variadas identidades políticas que se forjaram no pós-1964<sup>41</sup>, envolvendo desde as esquerdas armadas e não-armadas a quadros liberais afastados dos militares. Com relação aos grupos guerrilheiros,

Independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas, pode-se constatar em retrospecto que elas eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco

<sup>36</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**, op. cit., p. 483.

<sup>37</sup> SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020, pp. 307-312.

<sup>38</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 53.

<sup>39</sup> MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 158.

<sup>40</sup> BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 140, 2022, pp. 103-250.

<sup>41</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006, pp. 81-91.

amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura.<sup>42</sup>

Na dificuldade de se definir o “arco amplo e heterogêneo” (complexo e por vezes contraditório) da oposição à ditadura, recorre-se, aqui, aos segmentos que Marcos Napolitano definiu como detentores de certa interpretação predominante, relativamente hegemônica no pós-regime, no campo das representações sobre o passado: agentes coletivos que tiveram seus argumentos legitimados no debate público concernente à construção de certa memória identitária militante da ditadura, tais grupos notabilizaram-se como tal, sob “estatuto da verdade”, justamente pelo que “foi feito com eles”<sup>43</sup>, dadas suas contrariedades em relação ao *status quo*. Assim, durante o regime teriam feito “resistência” em graus e níveis diferentes 1) associações de classe e instituições político-ideológicas, como “partidos, organizações não governamentais, institutos, sindicatos, entidades empresariais”; 2) determinadas entidades voltadas à preservação de memórias, como associações, museus e arquivos públicos ou privados; 3) certos segmentos da mídia jornalística, notadamente do jornalismo impresso; 4) personalidades do campo artístico, sobretudo de “meios massivos (cinema, música popular, televisão)”; 5) intelectuais acadêmicos e editoriais, nas universidades ou em “outros epicentros da produção do conhecimento legitimado em uma sociedade”; 6) movimentos sociais e manifestações culturais “ligados ou não a instituições mais amplas (como a Igreja Católica ou a partidos políticos)”<sup>44</sup>.

Este trabalho foca um segmento da imprensa nacional em combate à ditadura, conforme o item 3 da categorização de Napolitano, mas que dialoga e se justapõe aos demais: imprensa que foi, todavia, também de natureza sindical, ou universitária, ou de movimentos sociais e associações de classe. Queixoso de que até os anos 1980 os debates teóricos voltados às ditaduras latino-americanas eram alocados nas Ciências Políticas, Carlos Fico escreveu que a falta de interesse no tema por parte dos historiadores devia-se ao fato de que tais discussões eram “carentes de diálogo com fontes empíricas”, num contexto em que o volume de “informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de

---

<sup>42</sup> RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 57.

<sup>43</sup> NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, nov. 2015, pp. 9-45. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 14.

<sup>44</sup> NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro, op. cit, pp. 15-16.

depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais”<sup>45</sup>. No que pese a crítica, em termos de subjetividades, apagamentos, acessibilidade e mediações, fundos documentais não são infalíveis: a pretensa hierarquização entre fontes analíticas depende da natureza dos estudos pretendidos. Celebra-se, aqui, ao contrário, a importância das fontes de imprensa como suporte de pesquisa.

### **Imprensa de resistência: uma caracterização**

Ligados em graus e níveis diferentes aos seis campos de resistência listados por Marcos Napolitano, os periódicos que aqui nos interessam são aqueles dissociados de grandes empreendimentos editoriais, concebidos como ferramentas de combate ao regime e a tudo o que o representava: o imperialismo, o capital estrangeiro, a violência de Estado e a moral burguesa<sup>46</sup>. Eram órgãos de informação, em certos momentos, ligados a movimentos sociais e políticos de esquerda, e/ou a conceitos da chamada “contracultura”, genericamente libertários e contestadores, no sentido de traduzir e repensar não só a política, mas a linguagem, o comportamento, o corpo, a arte, a espiritualidade, a intelectualidade. Nesse sentido, e no contexto de descontentamento de determinados setores da sociedade brasileira com o autoritarismo militar, empreenderam-se projetos editoriais de variados matizes, alguns amadores, outros calcados em experiências profissionais, ligados tanto a movimentos de base quanto a um despertar esotérico da consciência<sup>47</sup>.

Heterogênea, a imprensa de resistência, também conhecida carinhosa e pejorativamente como “nanica”, foi, apesar de seu apelido, ampla e complexa: suas facetas, imbricadas conforme os desejos de experimentação e contestação de seus responsáveis, tornam sua caracterização um exercício nada simples. Uma vontade unificava tal conjunto de iniciativas de comunicação: a busca por uma maneira diferente de se fazer imprensa, ultrapassando a reportagem convencional<sup>48</sup>. Fundamentalmente, a imprensa de resistência, como um todo, procurava estabelecer narrativas críticas distintas das impostas pelos órgãos governamentais, procurando, mais ou menos explicitamente, derrubar a ditadura. Essa vontade tinha grandes percalços: pouco ou nada dependente de financiamentos, essa imprensa foi em geral produzida com frágil saúde

---

<sup>45</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 7.

<sup>46</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 16.

<sup>47</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 21.

<sup>48</sup> SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 64.

financeira, para não mencionar seus precários sistemas de impressão e distribuição. Tais dificuldades, reforçadas pelo caráter “subversivo” do conteúdo desse tipo de imprensa, atingiam sobretudo pequenas publicações artesanais, mas também cabiam aos periódicos mais profissionais do gênero. Essa instabilidade justificava a efemeridade da maior parte dos periódicos do gênero:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total<sup>49</sup>.

Bernardo Kucinski, autor do estudo mais completo sobre a imprensa de que estamos tratando, calcula que ela tenha passado por ao menos sete momentos distintos<sup>50</sup>. O inicial se deu durante os primeiros anos do regime, quando foi articulada e/ou integrada por figuras egressas de periódicos que apoiavam o governo João Goulart (1961-1964) e que foram fechados com o golpe de 1964: foram os casos de *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964) e *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965). Já a partir de 1967, a influência da Revolução Cubana sobre os meios estudantis levou ao lançamento de uma nova onda de impressos – alguns clandestinos, outros editados por indivíduos já no exílio – com o propósito de atrair jovens para a guerrilha<sup>51</sup>. Nesse segundo grupo da imprensa de resistência, de recorte notadamente estudantil e de chamada à luta armada, estão, enfim, *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), astro cantado por Caetano Veloso em “Alegria, alegria”.

No final de 1968, o Ato Institucional número 5 (AI-5) gerou a terceira fase da imprensa de resistência: justamente a que nasceu (e sofreu) da mais dura repressão. Paradoxalmente, foi quando surgiram *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), *Politika* (Rio de Janeiro, 1971), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972) e *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), semanários de circulação nacional e de boa, quiçá grande, aceitação por parte do público leitor. *Opinião* e *O Pasquim* sempre foram considerados alguns dos mais importantes do gênero, junto de *Movimento*, que nasceria poucos anos depois. Os periódicos desse momento se dirigiam mais clara e assumidamente em contraposição à chamada “grande imprensa”, e também ao “milagre econômico”, entre 1968 e 1973<sup>52</sup>. A crítica ao crescente endividamento externo brasileiro e a denúncia do agravamento de problemas sociais no plano nacional eram constantes em suas

<sup>49</sup> SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**, op. cit., pp. 61-62.

<sup>50</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., pp. 16-17.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 14.

páginas. Atenta a essa questão e subscrita a uma narrativa desmistificadora, em contraposição ao discurso pregado no restante da imprensa, essa terceira fase foi, afinal, tão expressiva que gerou a quarta, simultaneamente. Esta seria representada por periódicos como *Grilo* (São Paulo, 1971), *Ex-* (São Paulo, 1972) e *Balão* (São Paulo, 1972), influenciados pel’*O Pasquim* e pela contracultura. Menos “caretas” do que o *Jornal de Debates* e *Politika*, os jornais da quarta onda vinham mais voltados ao humor crítico, recheados de quadrinhos<sup>53</sup>.

A quinta fase da imprensa de resistência só apareceu depois de uma “pausa”: com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, censores federais passaram a atuar com mais vigor, até que o Decreto-lei 1.077, de 1970, passou a impor censura prévia também a veículos de informação considerados “importantes”, ou seja, os da “grande imprensa”, pertencentes a grupos estabelecidos de comunicação. A peneira não impedia eventuais apreensões de edições e prisões de jornalistas, seja de “grandes” ou “nanicos”. Somente a partir de 1974, a distensão política do governo Geisel deu algum respiro aos periódicos de resistência. Quando o apelo revolucionário pelas guerrilhas já havia fracassado, sua pauta se deslocou da política de oposição clandestina para a política de espaço público<sup>54</sup>. A quinta fase foi, enfim, a do início da lenta e gradual reabertura política. Ela veio à tona com uma marca nova, em particular: a do ativismo expresso. Foi quando surgiram *Movimento* e *Versus* (São Paulo, 1975). Em seguida, o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, aliás um “furo” exclusivo de *Ex-*, que ainda teimava em circular, desencadeou críticas ao padrão complacente da “grande” imprensa<sup>55</sup> ao horror como política de Estado. A mobilização nos meios impressos acabou sendo tão expressiva que inspirou a sexta fase, a mais explicitamente consciente da necessidade de “outro” fazer jornalístico: emblemáticos, nesse sentido, foram os lançamentos dos jornais *De Fato* (Belo Horizonte, 1976) e *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), este o primeiro gerido por cooperativa no país. Em seu apogeu, justamente em consequência da distensão de 1974, a imprensa de resistência de quinta e sexta fases passou a abarcar movimentos populares de base e a se subdividir em temas: questões femininas, raciais, indígenas, de gênero, etc. Em alguns casos, as pautas furavam a bolha da esquerda. Necessário, aqui, recorrer ao que Maria Paula Nascimento Araújo diz quanto a esse momento em particular: ele era

(...) uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o

<sup>53</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 36.

principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo<sup>56</sup>.

Na imprensa negra estavam *Tição* (Porto Alegre, 1978), *Sinba* (Rio de Janeiro, 1979), *Nêgo* (Salvador, 1981), *Koisa de Crioulo* (Rio de Janeiro, 1981). Na imprensa LGBTQIA+, destacavam-se *Gay Press Magazine* (Rio de Janeiro, 1977), *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), *Ello* (Salvador, 1978), *Boca da Noite* (Rio de Janeiro, 1980), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Dialogay* (Aracaju, 1982). A vertente feminista era representada por *Brasil Mulher* (Londrina, 1975), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977), *Maria Quitéria* (São Paulo, 1977), *Mulherio* (São Paulo, 1981). O grupo dos periódicos de ênfase indígena contava com *Porantim* (Manaus, 1978), *Varadouro* (Rio Branco, 1977), *Mensageiro* (Belém, 1979), *Luta Indígena* (Curitiba, 1980), *Nimuedajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Borduna* (Rio de Janeiro, década de 1980) e *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980), sendo que alguns desses exploravam também questões ambientais – foco principal de *Paranapanema* (São Paulo, 1977), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981), *Movimento Ecológico* (Rio de Janeiro, 1982). A vertente estudantil era vasta, iniciada por *Política Operária* (São Paulo, década de 1960) e *Amanhã* (São Paulo, 1967), mas retomada na reabertura com *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), *Kaostigo* (Curitiba, 1976), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979) – nos anos 1980, mesmo jornais-laboratório de cursos superiores de jornalismo passaram a flertar com a estética da imprensa de resistência. Voltados a questões agrárias e à realidade camponesa estavam *Cotrijornal* (Ijuí, 1973), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Lamparina* (Santarém, 1980), *Sem-Terra* (São Paulo, 1981) etc.

Algumas dessas publicações, além do comprometimento com suas causas, dialogavam com diretrizes de grupos ou partidos de esquerda. Isso aconteceu com jornais estudantis e com periódicos relacionados às lutas negra e feminina, ou mesmo com folhas de instituições religiosas, a exemplo de alguns periódicos indigenistas e campesinos editados por grupos pastorais inspirados na Teologia da Libertação. Mas não haviam regras: nem todo jornal ambientalista ou identitário, por exemplo, seguia veredas marxistas.

No âmbito político e além, a quinta e a sexta fases, segundo Kucinski, merecem enriquecimentos, tanto no aspecto político quanto nos meios sociais de produção da imprensa

---

<sup>56</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*, op. cit., p. 29.



de resistência. Aqui, encara-se a perspectiva de que tenham existido no mínimo mais três fases, ou ao menos grupos (e não exatamente fases) de iniciativas editoriais não tão facilmente adaptáveis ao sistema de categorização elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar a existência da imprensa anarquista, independentemente do seu enquadramento em fases específicas. Folhas com essa inclinação circularam durante períodos distintos do regime: *Dealbar* (São Paulo, 1965), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Víbora* (Brasília, 1981), *Barbárie* (Salvador, 1979), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982). Adicionalmente, fora da esquerda, outras conexões ainda se davam. Encampando lutas de comunidades oprimidas, a reforma agrária e o indigenismo, certos jornais da sexta fase começaram a aparecer de ainda “outros” lugares de enunciação, ou destinavam-se a eles. Era o caso de publicações eclesiásticas, que, à sua maneira, também integraram a imprensa de resistência: *Porantim*, até hoje circulando, era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971) era da Arquidiocese de Rio Branco. *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979), da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CNBB. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Havia ainda os periódicos produzidos por exilados. Estes compreendiam formatos que iam desde a tradicional imprensa partidária, com veículos porta-vozes de grupos – como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ou a Política Operária (PO) –, à divulgação de trabalhos artísticos e culturais de presos políticos ou exilados do Brasil. A imprensa de resistência no exílio costumava seguir linhas diferentes, embora complementares, às da do país. Pouco ou nada censurada, ela reunia “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil”<sup>57</sup>. Títulos expressivos lançados por brasileiros expatriados foram *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Debate* (Paris, 1970), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978),

---

<sup>57</sup> ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 453-454.

*Correio Sindical de Unidade* (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Fragmento* (Estocolmo, 1979).

Ao passo em que as imprensas de resistência anarquista, eclesiástica e de exilados mereçam consideração como fases ou grupos à parte, existe ainda um outro grande segmento editorial na resistência: o literário, notadamente atribuído à dita “geração mimeógrafo”. De forma, em geral, artesanal, promotora da poesia marginal e de artes gráficas postais, esse grupo ligava o engajamento político no contexto da resistência à lógica de produção artística. Periódicos desse segmento não necessariamente se mostram “contraculturais” ou “à esquerda”, conforme a segmentação em dois grandes grupos dada por Kucinski à imprensa de resistência. Entretanto, exploravam em prosa, verso e desenho temas como a falência moral da sociedade burguesa, a falta de liberdade de expressão, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos mal se observam, a violência de Estado etc. O Catálogo de Imprensa Alternativa editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo<sup>58</sup>, presente, aliás, no acervo identificado como de imprensa de resistência na Biblioteca Nacional<sup>59</sup>. Miccolis considera a relevância da chamada ‘marginália’ poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski.

No Brasil do final da década de 1970 certos acontecimentos pontuais ainda influenciaram a imprensa de resistência: a luta pela anistia aos perseguidos pela ditadura, as greves do ABC paulista, a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na legalidade. É esse período que, segundo Kucinski, caracteriza a sétima fase da imprensa de resistência: quando esta passou a funcionar como espaço de reorganização política e ideológica de grupos marxistas. Com o “surto” de publicações provocado pela reabertura, a trajetória do movimento de esquerda no Brasil se confundiu com a história desses periódicos<sup>60</sup>, colocação que atesta sobremaneira a importância da imprensa de resistência no processo constitutivo da memória política mais recente no país, no campo progressista. Foi o exemplo de *Versus*, que, tendo abrigado o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), teve em suas páginas lançada, em 1978, a primeira proposta para a criação de um partido socialista legal. E também o de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, da Ação

<sup>58</sup> MÍCCOLIS, Leila. Catálogo de Imprensa Alternativa. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

<sup>59</sup> BRASIL, Bruno. Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). O golpe de 1964: heranças e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, p. 47.

<sup>60</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 17.

Popular (AP), ao lançar e desenvolver a primeira e mais robusta campanha pela Assembleia Nacional Constituinte naquele período, através de *Movimento*. Na virada da década de 1970 para 1980, surgiram *Hora do Povo* (Rio de Janeiro, 1979), porta-voz do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Voz da Unidade* (São Paulo, 1980), do Partido Comunista Brasileiro (PCB); e *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT). Todos os supracitados são, já, jornais partidários, oficiosos, às vezes encarados como pertencentes ao gênero resistente, às vezes como seu desdobramento, na imprensa partidária<sup>61</sup>. O mesmo processo de aproximação ocorreu com a nova imprensa sindical do período, inserida no mesmo campo político que se modificava.

Kucinski delimita historiograficamente a imprensa de resistência ao início dos anos 1980, quando proclama seu “fim”. Sua justificativa se dava justamente por problemas quanto à heterogeneidade do conjunto. Para ele, o que a abalou definitivamente foi seu próprio “modelo ético-político”, que estaria mais próximo a tentativas de formações ideológicas contra-hegemônicas do que de um projeto pontual de resistência ao regime<sup>62</sup>. Na prática, isso se refletia na queda de qualidade. No plano econômico, conforme a crise financeira da década de 1980 dificultava o aparecimento de novos empreendimentos editoriais experimentais, potencialmente “alternativos” em todos os sentidos da insegurança, o fim da ditadura trazia uma mudança na forma de se enxergar a utopia, a transformação social e a ação coletiva. Smith reforça: na definhante imprensa de resistência

(...) a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticuloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira<sup>63</sup>.

A autora se refere aos rasgos cada vez mais apelativos que *O Pasquim* vinha adotando. Naquele momento, o jornal sempre encarado como “carro-chefe” da imprensa de resistência, tendo ditado regras e fórmulas despojadas no fazer editorial do gênero, se valia do arrefecimento da censura para trazer mulheres nuas em suas capas e célebres fotonovelas. Contava, então, com uma seção de sucesso, chamada “Dica de mulher”, que, no duplo sentido, dava, nas palavras de

<sup>61</sup> BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **Vinte anos de resistência**: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986, p. 55.

<sup>62</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 25.

<sup>63</sup> SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**, op. cit., pp. 63-64.

Fausto Wolff, literalmente, detalhes (e mais imagens) da beldade exibida na capa da mesma edição. Além desse jornal, *Pasquim*, que, de fato, não se resumia a conteúdo “sacana”, é digno de nota o caso do tabloide *Reporter* (Rio de Janeiro, 1977), que, com a justificativa de atrair leitores de baixa renda, se especializava em malhar a ditadura entre reportagens de teor sensacionalista, com casos sangrentos de polícia, acontecimentos bizarros e escândalos de conotação sexual.

Naqueles dias, o jornalismo crítico já tinha se institucionalizado na imprensa tradicional: em 1976, mesmo o *Jornal do Brasil* vinha a abordar a Operação Brother Sam, a partir de documentos encontrados por Phyllis R. Parker. Os coletivos engajados já eram compostos por outras gerações de militantes e a ligação entre jornalismo e política mudou de lugar social: as oposições ao sistema, afinal, já podiam se transformar em partidos, ou quase. O contexto da vida social brasileira, ao alvorecer dos anos 1980, era politicamente recheado de contradições<sup>64</sup>. O setor midiático de grande circulação passou a abrigar aquilo que era interessante do modelo de resistência. Este teria definhado rapidamente muito antes do fim do regime, em 1988 - apesar disso, perto dessa data existiram periódicos facilmente enquadráveis no gênero, voltados a questões como a transição para o regime democrático, a Assembleia Nacional Constituinte e os percalços da Nova República: *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), *Jornal Indígena* (São Paulo, 1984), *Folha da Baixada* (São João de Meriti, 1984), *Vida & Cultura Alternativa* (São Paulo, 1984), *Questão de Ordem* (João Pessoa, 1982), *Jornal Mandacaru* (Recife, 1982).

## Conclusões

Independentemente do quanto a heterogeneidade do “modelo ético-político” da imprensa de resistência possa ter contribuído para seu fim, valorizamos uma abordagem inclusiva ao amplo leque do gênero. Acreditamos, aqui, que um jornal que foi do PCdoB ou de uma associação de moradores de um bairro, pode ter sido, também, de resistência. Cabe propor novo debate: talvez pela onipresente necessidade de constantes “delimitações” de objetos de estudo, na academia, somos levados a entender que, entre os periódicos de quinto e sexto movimentos, os de raízes ecumênicas, os produzidos por coletivos de literatura marginal e os produzidos no exílio, por obedecerem a estéticas específicas, poderiam configurar como três distintas fases da imprensa de resistência, além das sete propostas por Kucinski. Da mesma forma, nos

---

<sup>64</sup> JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964, op. cit., p. 212.

questionamos se as imprensas sindicais, partidárias, de movimentos de base e de associações de moradores não seriam, também, novas fases, quando não “subfases” da imprensa de resistência pós-1974. Quanto aos representantes de inclinação ideológica anarquista na imprensa de resistência, estes tanto podem ser vistos como “diluídos” em diferentes fases, quanto constantes em outra categoria, à parte.

Se é válida a máxima de Millôr Fernandes – “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados” –, a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando não censurada. É verdade que seus pendores militantes mandavam para escanteio critérios de imparcialidade, problemáticos em qualquer órgão de comunicação. Mas, um jornalismo crítico, atuante junto à opinião pública, não faz parte da utopia democrática? Em certos aspectos, foram os “nanicos” que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado no exílio. Foram ainda descendentes diretos dos pasquins de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX<sup>65</sup>. Ela não deveria ser considerada “alternativa”, termo que pressupõe complementaridade, como se em segundo plano a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa: ela foi, afinal, a imprensa do momento.

A imprensa de resistência foi reflexo e termômetro de um processo mais amplo de resistência à ditadura, envolvendo diferentes momentos das oposições ao regime. Envolveu guerrilha, movimentos sociais, indigenistas, poetas anarquistas, católicos progressistas. As formas como encaramos e manipulamos a materialização por escrito desses gritos de repúdio possuem implicações políticas cotidianas, muito além de ordens teóricas, e mesmo da indignação impotente e desmemoriada do consumidor habitual de redes sociais. Paul Ricoeur lembra que o horror nazista, um “caso-limite” por sua brutalidade de magnitude singular, acabou servindo de parâmetro para outros genocídios e posturas autoritárias<sup>66</sup>, incluindo aquelas dos regimes militares na América Latina. Eis o nosso “dever de memória”<sup>67</sup>. Dizeres que ecoam nas edições fac-similares do jornal *Ex-*, lançadas pelo Instituto Vladimir Herzog em 8 de

---

<sup>65</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 21.

<sup>66</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, op. cit., pp. 186-187.

<sup>67</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 20.

setembro de 2010: a capa de uma de suas edições<sup>68</sup>, mostrando um Adolf Hitler naturista estendido nas areias de uma praia tropical, deixa claro que o fascismo anda à solta e por perto. Pois a “corda bamba” em que se encontravam os “nanicos” do período que ora nos interessa, e de outros, é atemporal: entre o terror e a precariedade, cabe lembrar da existência de tentativas de equilibrar liberdade de expressão com acessibilidade intelectual de amplos setores sociais a valores democráticos.

### Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). **O golpe de 1964: heranças e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, p. 47.
- \_\_\_\_\_. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 140, 2022, pp. 103-250.
- BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 15-28.
- DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, pp. 343-425.
- FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

---

<sup>68</sup> INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Edições fac-símiles do jornal Ex-. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.



FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, p. 05-74, número 20, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Edições fac-símiles do jornal Ex-**. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, pp. 204-251, número 23, jan./mar. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, pp. 111-130, número 2, jan./jul. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp. 64-98.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: \_\_\_\_\_(org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp. 157-188.

MÍCCOLIS, Leila. **Catálogo de Imprensa Alternativa**. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, nov. 2015, pp. 9-45. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: controvérsias. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). **O golpe de 1964: heranças e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, número 19, pp. 27-48, 2004.